



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS

**FORMAÇÃO DOS PROFESSORES POLIVALENTES DA REDE
MUNICIPAL DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE
SÃO VICENTE DO SERIDÓ – PB.**

Campina Grande – PB

2014

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS

**FORMAÇÃO DOS PROFESSORES POLIVALENTES DA REDE
MUNICIPAL DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE
SÃO VICENTE DO SERIDÓ – PB.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos em Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Orientadora: Prof^a Maria do Socorro Bezerra Duarte

Campina Grande - PB

2014

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da Monografia.

S237f Santos, José Roberto dos.
Formação dos Professores Polivalentes da Redemunicipal das Escolas da Zona Rural no Município de São Vicente do Seridó/Pb [manuscrito] / José Roberto dos Santos. - 2017
28 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2017.

"Orientação : Profa. Ma. Maria do Socorro Bezerra Duarte, Departamento de História - CH."

1. Docência. 2. Professores Polivalente. 3. Formação docente.

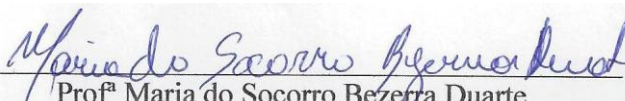
21. ed. CDD 370.1

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS

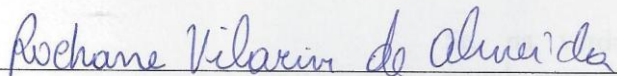
**FORMAÇÃO DOS PROFESSORES POLIVALENTES DA REDE
MUNICIPAL DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE
SÃO VICENTE DO SERIDÓ – PB.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos em Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Aprovado em: 04/12/2014

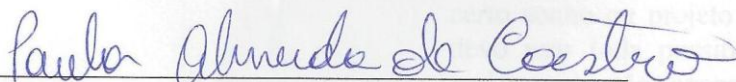


Profª Maria do Socorro Bezeira Duarte
Orientadora



Profª. Rochane Vilarim de Almeida

Examinadora



Profª. Paula Almeida de Castro

Profª – Examinadora

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire

DEDICATÓRIA

A minha esposa Rosa Lúcia e meu filho Yuri, por me apoiar e motivar a todo momento. E também a todos que contribuíram para meu despenho neste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar força para continuar na luta e conseguir alcançar meus objetivos;
A minha família que contribuiu me motivando e dando apoio nos momentos difíceis;
Aos colegas da turma 124 pela contribuição no aprendizado durante o período do curso;
Aos professores que ministraram as disciplinas de forma compreensiva;
Especialmente a professora orientadora Maria do Socorro Bezerra Duarte.

RESUMO

O estudo analisa a formação dos professores polivalentes da zona rural do município de São Vicente do Seridó- PB, diante das novas exigências educacionais para o contexto escolar e para a formação de professores. Para a realização do estudo foi feito questionamento junto aos professores para conhecer a realidade de cada um. Conclui-se que o quadro docente nos anos 90 era ultrapassado, tornando-se necessário uma mudança radical para atender a demanda das Leis da Educação. Foi com base nestes dados que desenvolvemos este trabalho. Na formação docente atual permanece uma necessidade para nos mantermos em sala de aula diante da fragilidade nos cursos de formação inicial que norteados por uma visão burocrática, não tem propiciado aos docentes um embasamento teórico consistente.

Palavra-chave: Docência, Professores Polivalentes e Formação.

ABSTRACT

The study analyzes the training of teachers of rural municipality polyvalent de São Vicente do Seridó-PB, under the new educational requirements for the school context and for teacher training. To carry out the study was done by questioning the teachers to meet the reality of each one. It is concluded that the teaching in the year 90 was passed, making necessary a radical change to meet the demand of the Education Laws. It was on the basis of these data to develop this work. In current teacher training remains a necessity to stay in the classroom before the fragility in initial training courses guided by a bureaucratic vision, has propitiated the teachers a theoretic basis.

Keyword: teaching, Multipurpose and training Teachers.

LISTA DE SIGLAS

1. LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
2. ISE – Instituto Superior de Educação
3. CNE – Conselho Nacional de Educação
4. PNE – Plano Nacional da Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	1. CAPÍTULO I	12
	1.1 CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES POLIVALENTES.....	12
3	2. CAPÍTULO II	15
	2.1 FORMAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES POLIVALENTES	15
4	3. CAPÍTULO III	22
	3.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS	22
5	3.2 A PRÁTICA DOCENTE	24
6	4. CAPÍTULO IV – FORMAÇÃO ATUAL DOS PROFESSORES POLIVALENTES DA REDE MUNICIPAL DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ – PB.	26
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
8	REFERÊNCIAS	29

1. INTRODUÇÃO

O foco de nosso estudo baseia-se na formação de professores polivalentes da rede municipal das escolas rurais no município de São Vicente do Seridó – PB, sobre a docência como profissão, uma vez que a construção da identidade profissional é também um processo de construção de representações sobre o professor nos contextos sócio culturais específicos.

Segundo Libâneo, a formação profissional do professor é realizada nos cursos de Habilitação ao Magistério em nível de 2º grau (Nível Médio) e Superior. Compõe-se de um conjunto de disciplinas coordenadas e articuladas entre si, onde objetivos e conteúdos devem confluir para uma unidade teórico-metodológica do curso. A formação profissional é um processo pedagógico, intencional e organizado, de preparação teórico-científica e técnica do professor para dirigir com competência o processo de ensino. As disciplinas de formação teórico-científicas são necessariamente à prática escolar, de modo que os estudos específicos realizados no âmbito da formação acadêmica sejam relacionados com a formação pedagógica que tratam das finalidades da educação e dos condicionadores históricos, sociais e políticos da escola. As disciplinas de formação técnico-prática não se reduzem ao mero domínio de técnicas e regras, mas implicam ao mesmo tempo em que fornecem à teoria os problemas e desafios da prática.

Para Klamer, aponta fatores determinantes para a baixa qualidade do ensino, entre os citados destacamos: a precária formação dos professores e a organização do trabalho escolar. No que se refere à formação, vale registrar que uma porcentagem expressiva de professores nas diferentes regiões do país não possui a escolaridade mínima de ensino médio, necessária para que atue como professor. A formação em nível médio não prepara o professor para a heterogeneidade social e cultural que irá encontrar na escola.

1. CAPÍTULO I

1.1 CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES POLIVALENTES.

Na década de 90 o Brasil inicia um processo de ajustamento de seu projeto político educacional à nova ordem mundial, avançaram os tempos de mundialização da economia, das propostas de Estado Mínimo, de abandono com o compromisso Nacional. Frente a este cenário, as relações sociais e de modo particular as políticas educacionais, sofreram impactos extensos e profundos envolvendo mudanças nos vários níveis e modalidades de ensino.

Em sintonia com o projeto educacional é importante lembrar que na década de 90 várias leis, decretos, portarias, pareceres e outros documentos nacionais e internacionais operaram uma verdadeira transformação na educação Brasileira.

No que diz respeito à formação de professores, as políticas educacionais implantadas na última década aos educadores cabem novas qualificações e competências. Fora se constituindo uma forte tendência a formação continuada, bem como a necessidade de estarem em constante aperfeiçoamento, a fim de aumentar seu nível de competências e sua parcela de contribuição na aprendizagem dos alunos.

Nas últimas décadas, a tendência atual das reformas educacionais, tanto a nível nacional quanto internacional, tem na gestão da educação e da escola um de seus pilares de transformação. A posição hegemônica nessas reformas defende o início de uma mudança radical na maneira de pensar e implementar a gestão dos sistemas educativos concentrada, principalmente, na instituição escolar e sua autonomia. Nesse sentido, uma das principais políticas educacionais no Brasil neste período foi a descentralização educativa e a descentralização escolar.

O surgimento de tantos tipos de formação não é gratuito. Tem base histórica em condições emergentes na sociedade contemporânea, nos desafios colocados aos currículos e ao ensino, nos desafios postos aos sistemas pelo acolhimento cada vez maior de crianças e jovens, nas dificuldades do dia-a-dia nos sistemas de ensino, anunciadas e enfrentadas por gestores e professores e constatadas e analisadas por pesquisas. Criaram-se o discurso da atualização e o discurso da necessidade de renovação.

Nos últimos anos do século XX, tornou-se forte, nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, especialmente em países desenvolvidos, a questão da imperiosidade de formação continuada como um requisito para o trabalho, a ideia da atualização constante, em função das mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias e das

mudanças no mundo do trabalho. Ou seja, a educação continuada foi colocada como aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais. Incorporou-se essa necessidade também aos setores profissionais da educação, o que exigiu o desenvolvimento de políticas nacionais ou regionais em resposta a problemas característicos de nosso sistema educacional.

No tocante especificamente a formação de professores de educação infantil e séries iniciais o decreto 3.276, de 06 de dezembro de 1999, que regulamentou os artigos 61 a 63 da LDBEN9394/96, possibilita a formação de professores em nível superior, também em Institutos Superiores de Educação (ISE) e não apenas em Universidades como ocorria até então. A necessidade em elevar os índices de “qualificação”, implantou-se uma profunda dicotomia entre qualidade e quantidade.

Na formação de professores, e de forma especial no que diz respeito às competências por eles a serem desenvolvidas, refletem o caráter de responsabilidade transferido aos docentes neste contexto de reformas, objetivando respostas de eficiência e eficácia às demandas das “novas” tarefas da educação.

O processo de formação de competências dos docentes no exercício da cidadania, do cotidiano do professor vai se construindo na medida que este, responde com autonomia aos desafios e exigências colocados pela realidade social e educacional, que determinam o tipo de educando no contexto da vida escolar, do tipo de ser humano que se quer construir e consequentemente, o tipo de sociedade.

É de suma importância efetivas políticas públicas de formação de professores para a educação básica. Formação esta que nos últimos anos tem sido objeto de longa discussão, pois ela se constitui em um grande desafio para o ensino brasileiro.

Para Libâneo (1999, p 26-27) a formação profissional do professor é realizada nos de Habilitação ao Magistério em nível de 2º grau e superior. Compõe-se de um conjunto de disciplinas coordenadas e articuladas entre si, cujos objetivos e conteúdos devem confluir para uma unidade teórico-metodológica do curso. A formação profissional é um processo pedagógico, intencional e organizado, de preparação teórico-científica e técnica do professor para dirigir competentemente o processo de ensino. A formação do professor implica, pois, uma contínua interpenetração entre teoria e prática, a teoria vinculada aos problemas reais postos pela experiência e a ação prática orientada teoricamente.

O professor precisa adquirir seus conhecimentos, colocando-os em prática em qualquer situação que surja, ser capaz de refletir e de reavaliar sua ação, ser crítico,

pragmático, ser responsável e participativo, ao mesmo tempo autônomo em suas ações, saber trabalhar e produzir coletivamente e com prazer.

Constantemente, o professor aprende, reaprende, organiza e desorganiza, faz e desfaz, assimila e desassimila seu saber acumulado, para num processo dinâmico, ser capaz de fazer síntese, reaprender, recriar, refazer seu ser e agir em um mundo cada vez mais excludente e globalizado, sem perder sua identidade como pessoa. Hoje, novos desafios impõem-se aos profissionais da educação, principalmente aos professores polivalentes, em especial os docentes da zona rural.

O profissional da educação sente-se valorizado, quando consegue no exercício de sua autonomia e cidadania, ‘ter sua própria identidade’, ser crítico, reconhecer seus direitos e deveres, lutar por eles e estar a serviço da educação para a cidadania e a geração de cultura da paz.

Libâneo (2004, p.29) diz que “o educador nunca estará definitivamente ‘pronto’, formado, pois que a sua preparação, a sua maturação se faz no dia-a-dia, na meditação teórica sobre a sua prática”. Ainda sobre a insuficiência da formação inicial, percebemos que a formação continuada ganhou mais espaço entre os educadores por apresentar-se como uma solução aos problemas mais específicos e urgentes da educação escolar.

É preciso, portanto, enxergar o professor como um ser capaz de análise e reflexão sobre a sua própria atuação. Não podemos nos contentar com a “boa formação” técnica de habilidades e competências para métodos docentes, pois que se esgotariam na mecanicidade de sua execução. A boa formação continuada deve apresentar caminhos para discutir e transformar situações que por ventura são necessárias para a boa prática educativa. A formação continuada também é lugar de apresentação de experiências positivas e exitosas, de busca de soluções pela valorização de esforços dos professores com base em sua própria capacidade e experiência e de discussões feitas com ajuda da literatura pedagógica.

Esta proposta não é possível apenas nos cursos de formação continuada, mas também na inicial porque considera três processos na formação docente: produzir a vida do professor (desenvolvimento pessoal), produzir a profissão docente (desenvolvimento profissional), produzir a escola (desenvolvimento organizacional). Convenhamos que há uma totalidade com relação aos instrumentos que se encontram implicitamente ligados ao trabalho da escola e que o professor deve considerar e ser considerado, antes de tudo, como gente.

2. CAPÍTULO II

2.1 FORMAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES POLIVALENTES

Vimos que a problemática da formação docente está ancorada nos saberes necessários a este profissional, e que no currículo de formação desses cursos, contínuos ou iniciais, a didática assume grande responsabilidade por preocupar-se com a ação docente, concretizada no ensino. Apresentada como ciência da Pedagogia, a didática desempenha um papel fundamental na formação dos professores porque é na ação docente, nas práticas de ensino que ela se instala, procurando compreender e desenvolver este processo.

Para Libâneo (2002, p. 34) “Os professores são os agentes diretos da transformação dos processos pedagógico-didáticos, curriculares e organizacionais”. O autor acentua, ainda, que “há uma exigência visível de mudança na identidade profissional e nas formas de trabalho dos professores. O tipo de trabalho convencional do professor está mudando em decorrência das transformações no mundo do trabalho, na tecnologia, nos meios de comunicação e informação, nos paradigmas do conhecimento, nas formas de exercício da cidadania, nos objetivos de formação geral que hoje incluem com mais força a sensibilidade, a criatividade, a solidariedade social, a qualidade de vida, o reconhecimento da diversidade cultural e das diferenças, a preservação do meio ambiente. Isso afeta os saberes pedagógicos e didáticos, os modos de formação, os métodos de ensino, as técnicas” (LIBÂNEO, 2002, p.34).

Assim, percebemos o educador como um ser que pode ser sujeito ou objeto da história. Ele acompanha as mudanças do tempo sofrendo intervenções causadas pelo meio e ao mesmo tempo intervindo neste. A esse respeito Luckesi (2004, p.27) defende: “Como sujeito da história, compreendo o educador, o autêntico educador, como o ser humano que constrói, pedra sobre pedra, o projeto histórico de desenvolvimento do povo”.

Em meados dos anos 70, que a formação do professor das séries iniciais do ensino fundamental, passou a ser feita também em nível superior. Mas, mantendo a segmentação tradicional, o “locus” dessa formação não foi o mesmo das licenciaturas e sim os cursos de pedagogia nas faculdades de educação.

De acordo com a LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu artigo 61, os fundamentos metodológicos que presidirão a formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, são:

1. a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviços;
2. aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

É importante observar que a lei prevê que as características gerais da formação de professor devem ser adaptadas ou adequadas aos diferentes níveis e modalidades de ensino assim como a cada faixa etária. É preciso destacar a clareza perseguida pela Lei ao constituir a educação básica como referência principal para a formação dos profissionais da educação. há dois aspectos que precisam ser destacados: a relação entre teoria e prática e o aproveitamento da experiência anterior.

Aprendizagens significativas, que remetem continuamente o conhecimento à realidade prática do aluno e às suas experiências, constituem fundamentos da educação básica, expostos nos artigos citados. Importa que constituam, também, fundamentos que presidirão os currículos de formação e continuada de professores. Para construir junto com os seus futuros alunos experiências significativas e ensiná-los a relacionar teoria e prática é preciso que a formação de professores seja orientada por situações equivalentes de ensino e de aprendizagem.

Ainda a LDBEN destaca tipos e modalidades dos cursos de formação de professores e sua localização institucional:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63. Os Institutos Superiores de Educação manterão:

1. Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o Curso Normal Superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
2. programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

3. programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Merecem nota alguns pontos desses dois Artigos:

- (a) a definição de todas as licenciaturas como plenas;
- (b) a reafirmação do ensino superior como nível desejável para a formação do professor da criança pequena (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental);
- (c) a abertura de uma alternativa de organização para essa formação em Curso Normal Superior.

O outro ponto de destaque nos Artigos 62 e 63 refere-se à criação dos Institutos Superiores de Educação (ISE). Coerente com o princípio de flexibilidade da LDBEN, a Resolução CNE 01/99 deixa em aberto a localização dos ISE – dentro ou fora da estrutura universitária – e os posiciona como instituições articuladoras. Para tanto, determina a existência de uma direção ou coordenação responsável por articular a elaboração, execução e avaliação do projeto institucional, promovendo assim condições formais de aproximação entre as diferentes licenciaturas e conseqüentemente o desenvolvimento da pesquisa sobre os objetos de ensino. Aborda ainda, dentre outras questões, princípios de formação, competências a serem desenvolvidas, formas de organização dos Institutos atribuindo-lhes caráter articulador, composição de seu corpo docente, carga horária dos cursos e finalidades do Curso Normal Superior. Aos ISE é atribuída a função de oferecer formação de professores para atuar na educação básica.

Fica evidenciado que a formação de professores para atuação multidisciplinar terá que ser oferecida em cursos de licenciatura plena, eliminando-se, portanto a possibilidade de uma obtenção mediante habilitação.

A distância entre o curso de formação do professor polivalente, situado nos cursos de Pedagogia e Faculdades de Educação, e os cursos de licenciatura, nos departamentos ou institutos dedicados à “filosofia”, às “ciências”, e às “letras”, imprimiu àquele profissional uma identidade pedagógica esvaziada de conteúdos.

Não é justificável que um jovem recém saído do ensino médio possa preparar-se para ser professor de primeira a quarta série em um curso que não aprofunda nem amplia os conhecimentos previstos para serem ensinados no início do ensino fundamental. Nem é

aceitável a alegação de que os cursos de licenciaturas “não sabem” ou “não têm vocação” para preparar professores de crianças pequenas.

É também difícil de justificar que para lecionar até a quarta série do ensino fundamental o professor domine os conteúdos curriculares dessas séries apenas em nível de ensino médio, enquanto para lecionar a partir da quinta em diante do ensino fundamental e médio seja necessário um curso superior de 4 anos. Da mesma forma é raro que os formadores de formadores justifiquem o currículo de graduação das licenciaturas de futuros professores, em função daquilo que ele deverá ensinar no ensino fundamental e médio.

Assim entendida como componente estratégico da melhoria da qualidade da educação básica, a formação inicial de professores define-se como política pública. Embora não seja necessário que o poder público a execute diretamente, é indispensável que ele estabeleça critérios de financiamento, padrões de qualidade e mecanismos de avaliação e acompanhamento.

Referenciada nas competências a serem constituídas na educação básica, a formação inicial dos professores para atuarem na mesma educação básica deve levar em conta os princípios pedagógicos estabelecidos nas normas curriculares nacionais: a interdisciplinaridade, a transversalidade e contextualização, a integração de áreas em projetos de ensino, que constituem hoje mandados ou recomendações nacionais.

Observe-se que “levar em conta” neste caso não significa apenas dar informações sobre contextualização, interdisciplinaridade, transversalidade e outros princípios. A simetria invertida de situações de formação e exercício profissional, reclama que a aprendizagem dos conteúdos dos cursos superiores de formação de professores seja presidida pelos mesmos princípios filosóficos e pedagógicos que a lei manda praticar na educação básica.

Mas o país também precisa de diversidade curricular que dê conta de sua complexidade e diversidade cultural, social e econômica. Daí que os cursos de formação docente terão que ter também como referência os planos curriculares e projetos pedagógicos dos sistemas de ensino públicos e privados e, sempre que possível, das próprias escolas. Isso poderá estimular o surgimento de diversidade de modelos de formação de professores, com maior adequação às necessidades e características das regiões e dos diversos alunos.

O currículo da formação profissional é entendido como as práticas que se desenvolvem num contexto institucional “formal”, orientadas para desenvolver nos professores as competências (conhecimentos, saberes, atitudes, valores éticos, etc), necessários para o exercício da prática profissional.

A definição de uma proposta curricular deve explicitar as práticas com fundamentos na base de conhecimentos da profissão como atividade em cuja base se desenvolve no âmbito social amplo, com perspectivas articuladas ao projeto de sociedade.

A organização curricular, os espaços e tempos devem ser reformulados constantemente numa dinâmica voltada para formação tendo um “modelo profissional” como hipótese mediadora entre teoria e realidade concreta da prática de formação. Esse modelo profissional antecipa e reformula como sistema auto-organizado, a identidade profissional objeto da formação.

A formação deve contribuir para reestruturar o pensamento e as práticas do professor na busca da identidade individual desejada pelo grupo em formação, a partir do diálogo dialético com a identidade social desejada e expressa no modelo profissional.

O currículo deve ser pensado como um espaço/tempo que privilegia práticas significativas relativas a uma identidade profissional que se constrói em diferentes espaços como redes complexas de socialização. A identidade profissional desejada passa a ser uma categoria estruturante da organização curricular, atrelada as representações dos sujeitos que expressam as suas identidades sócias – profissionais em desenvolvimento.

Repensar a formação inicial e contínua, a partir da análise das práticas pedagógicas e docentes, tem se revelado como uma das demandas importantes dos anos 90.

Segundo Nóvoa, a formação de professores pode desempenhar um papel importante na configuração de uma "nova" profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas.

A formação de professores tem ignorado, sistematicamente, o desenvolvimento pessoal, confundindo "formar" e "formar-se", não compreendendo que a lógica da atividade educativa nem sempre coincide com as dinâmicas próprias da formação.

Mas também não tem valorizado uma articulação entre a formação e os projetos das escolas, consideradas como organizações dotadas de margens de autonomia e de decisão de dia para dias mais importantes. Estes dois "esquecimentos" inviabilizam que a formação tenha como eixo de referência o desenvolvimento profissional dos professores, na dupla perspectiva do professor individual e do coletivo docente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, quando de sua promulgação fixou o início da década da educação. Quanto à formação para a função de docentes, pelo dispositivo legal desta lei, ao final da década de

1990, os professores da educação básica deveriam ter no mínimo o curso de graduação. Prazo este prorrogado para 2020.

Ao referir-se ao profissional de educação, é preciso pensar em sua profissionalização, significa falar de formação, especialização e aquisição de competência profissional. É importante que o professor seja habilidade para exercer sua profissão com prazer, maestria, competência e segurança a fim de responder às necessidades que a sociedade impõe.

A necessidade de formação do professor munido de competência profissional desejada para o bom desempenho de sua atividade, a própria LDB nos Art. 40 e 41 define,

Art. 40 – A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou ambientes de trabalho.

Art. 41 – O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificado para prosseguimento ou conclusão de estudos. (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20/12/1996).

A formação de professores requer políticas públicas permeadas de ações concretas para viabilizar a profissionalização da educação e de seu profissional, considerando o que a Lei propõe e suas novas exigências.

O Artigo 65 determina que a formação de docentes exceto para a educação superior, inclui a prática do ensino de no mínimo trezentas horas; e o Artigo 67 define e delega aos sistemas de ensino as competências de promoção e valorização dos profissionais da educação.

O Plano Nacional da Educação (PNE) aprovado pela Lei nº 10.172/2001, persiste o desafio da descentralização de políticas educacionais e seus reflexos na formação de professores da educação básica.

O novo Plano Nacional de Educação para vigorar entre 2011 – 2020 apresenta diretrizes objetivas e metas seguidas de estratégias específicas para que sejam concretizadas.

Hoje no Brasil, a formação de professores ocorre nas mais diferentes formas, níveis e instâncias. É de suma importância que o próprio professor participe de forma ativa, viva o exercício da cidadania e, de sua própria formação.

O momento histórico exige que o profissional da educação se construa como agente no exercício da cidadania; exerça sua autonomia e consolide sua identidade pessoal e profissional e que as únicas ferramentas de trabalho que tem em mãos, mesmo que frágeis, são as adquiridas pelo conhecimento.

Pode-se se dizer que o Século XXI é o “Século do conhecimento”, e a atual sociedade globalizada e dinâmica, coloca cada vez mais à nossa frente, desafios constantes, que exigem

uma postura. Nestes desafios, insere-se a formação do profissional da educação para a educação básica, dentro de uma visão e percepção mais global, adquirindo competências profissionais. As novas tecnologias, os novos conhecimentos científicos exigem uma nova escola. Pode-se dizer que estamos no século XXI, com professor formado no século XX e com estruturas escolares do século XIX.

Segundo Perrenoud (2001), a formação de profissionais capazes de organizar situações de aprendizagem deveria ser a abordagem central da maioria dos programas de formação inicial e continuada de professores do maternal à universidade.

O Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, prevê a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas de educação básica. A valorização do docente, a oferta de cursos de graduação e formação continuada aos professores.

3. CAPÍTULO III

3.1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS

De acordo com o Parecer CNE/CP 09/2001 A democratização do acesso e a melhoria da qualidade da educação básica vêm acontecendo num contexto marcado pela redemocratização do país e por profundas mudanças nas expectativas e demandas educacionais da sociedade brasileira. O avanço e a disseminação das tecnologias da informação e da comunicação estão impactando as formas de convivência social, de organização do trabalho e do exercício da cidadania. A internacionalização da economia confronta o Brasil com a necessidade indispensável de dispor de profissionais qualificados.

Quanto mais o Brasil consolida as instituições políticas democráticas, fortalece os direitos da cidadania e participa da economia mundial, mais se amplia o reconhecimento da importância da educação para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a superação das desigualdades sociais.

Esse cenário apresenta enormes desafios educacionais que, nas últimas décadas, tem motivado a mobilização da sociedade civil, a realização de estudos e pesquisas e a implementação, por estados e municípios, de políticas educacionais orientadas por esse debate social e acadêmico visando a melhoria da educação básica. Entre as inúmeras dificuldades encontradas para essa implementação destaca-se o preparo inadequado dos professores cuja formação de modo geral, manteve predominantemente um formato tradicional, que não contempla muitas das características consideradas, na atualidade, como inerentes à atividade docente, entre as quais se destacam:

- Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
- Comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos;
- Assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos;
- Incentivar atividades de enriquecimento cultural;
- Desenvolver práticas investigativas;
- Elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;
- Utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio;
- Desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.

Este documento, incorporando elementos presentes na discussão mais ampla a respeito do papel dos professores no processo educativo, apresenta a base comum de formação docente expressa em diretrizes, que possibilitem a revisão criativa dos modelos hoje em vigor, a fim de:

- Fomentar e fortalecer processos de mudança no interior das instituições formadoras;
- Fortalecer e aprimorar a capacidade acadêmica e profissional dos docentes formadores;
- Atualizar e aperfeiçoar os formatos de preparação e os currículos vivenciados, considerando as mudanças em curso na organização pedagógica e curricular da educação básica;
- Dar relevo à docência como base da formação, relacionando teoria e prática;
- Promover a atualização de recursos bibliográficos e tecnológicos em todas as instituições ou cursos de formação.

Importa destacar que, além das mudanças necessárias nos cursos de formação docente, a melhoria da qualificação profissional dos professores vai depender também de políticas que objetivem:

- Fortalecer as características acadêmicas e profissionais do corpo docente formador;
- Estabelecer um sistema nacional de desenvolvimento profissional contínuo para todos os professores do sistema educacional;
- Fortalecer os vínculos entre as instituições formadoras e o sistema educacional, suas escolas e seus professores;
- Melhorar a infra-estrutura institucional especialmente no que concerne a recursos bibliográficos e tecnológicos;
- Formular, discutir e implementar um sistema de avaliação periódica e certificação de cursos, diplomas e competências de professores.
- Estabelecer níveis de remuneração condigna com a importância social do trabalho docente;
- Definir jornada de trabalho e planos de carreiras compatíveis com o exercício profissional.

3.2 A PRÁTICA DOCENTE

Quando define as incumbências dos professores, a LDBEN Art. 13 não se refere a nenhuma etapa específica da escolaridade básica. Traça um perfil profissional que independe do tipo de docência: multidisciplinar ou especializada, por área de conhecimento ou disciplina, para crianças, jovens ou adultos.

Os docentes incumbir-se-ão de:

1. Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
2. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
3. Zelar pela aprendizagem dos alunos;
4. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
5. Ministrare os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
6. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

As inovações que a LDBEN introduz nesse Artigo constituem indicativos legais importantes para os cursos de formação de professores:

- a) posicionando o professor como aquele a quem incumbe zelar pela aprendizagem do aluno – inclusive daqueles com ritmos diferentes de aprendizagem –, tomando como referência, na definição de suas responsabilidades profissionais, o direito de aprender do aluno, o que reforça a responsabilidade do professor com o sucesso na aprendizagem do aluno;
- b) associando o exercício da autonomia do professor, na execução de um plano de trabalho próprio, ao trabalho coletivo de elaboração da proposta pedagógica da escola;
- c) ampliando a responsabilidade do professor para além da sala de aula, colaborando na articulação entre a escola e a comunidade.

O que se vê em sala de aula é o puro reflexo da inquietação humana que não está conseguindo decodificar aquilo que se apresenta como realidade. Estamos todos sendo desafiados e no campo educacional as angústias aumentam, pois, a rede mundial de computadores disponibiliza livros, imagens, pesquisas, trabalhos e até aulas prontas e contextualizadas com todas as informações e aplicação de recursos.

O princípio da autoridade acadêmica perde a sua validade e o professor vai sendo reduzido, reduzido, reduzido... Seu valor acadêmico fica, cada vez mais, comprometido e isso se concretiza na forma como esse profissional é visto e remunerado nas sociedades contemporâneas.

A vivência dos professores no cotidiano escolar é cada dia mais difícil em virtude das dificuldades encontradas em salas de aula. Podemos elencar várias dificuldades entre as de maiores destaque são: Desvalorização pela comunidade escolar, Falta de incentivo pelo poderes públicos, Baixos salários e, em especial classes multisseriadas.

4. CAPÍTULO IV – FORMAÇÃO ATUAL DOS PROFESSORES POLIVALENTES DA REDE MUNICIPAL DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ – PB.

Para diagnosticar a formação atual dos professores tomamos como base uma pesquisa com 6 professores e 11 professoras, onde foi perguntado: Formação, período de trabalho no magistério e dificuldades encontradas na sala de aula.

Quadro 1. Quadro demonstrativo da Formação dos Professores.

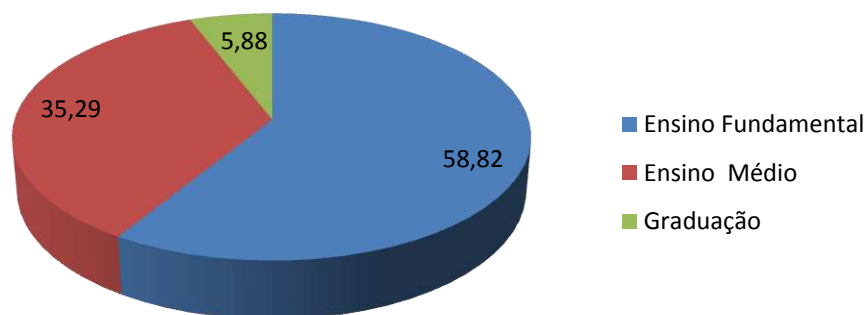
Período de início das atividades docentes	1986-1990		1991-2006	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio	Graduação
Nº de Professores Contratados/Formação	10	2	4	1

Como podemos observar nos dados acima, a busca dos professores em se preparar, adquirindo mais conhecimentos dando continuidade nos estudos e também para atender as necessidades exigidas pela LDB/Lei nº 9394/96.

O município tem procurado cumprir a Lei de Diretrizes e Bases na Educação, uma vez que no período de 4 (quatro) anos as contratações de professores atendeu a formação mínima, ou seja, professores com formação mínima no Curso Normal, não mais contratando professores com apenas Ensino Fundamental no período compreendido entre 1991 e 2006.

Na figura 1 podemos observar a formação dos 17 professores que lecionavam na zona rural do município na década de 90 em dados percentuais.

Figura 1. Formação dos Professores do Ensino Fundamental – Zona Rural do município de São Vicente do Seridó – PB.



Pela análise dos dados apresentados na figura 1, do total de 17 professores, 58,82% (12 professores) possuem apenas o ensino fundamental, 35,29% (6 professores) possuem apenas o ensino médio e apenas 5,88% (1 professor) possui graduação.

Os dados da formação dos professores nos anos 90 eram bastante preocupantes, conforme mostra a figura 1, uma vez que há exigência do ensino superior como nível desejável para a formação do professor da criança pequena (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental), embora o novo Plano Nacional de Educação para vigorar entre 2011 – 2020 apresente diretrizes objetivas e metas seguidas de estratégias específicas para que sejam concretizadas e abertura de uma alternativa de organização para essa formação em Curso Normal Superior.

O quadro atual dos Professores polivalentes de São Vicente do Seridó – PB é completamente diferente, o município possui 17 escolas na zona rural atendendo 570 alunos do Pré I ao 5º ano, cujos docentes já tem formação acadêmica e/ou Especialização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico nestes últimos dez anos das práticas nesse campo como das discussões encaminhadas na própria área de educação em função do que e como se vêm realizando propostas de educação continuada, discussões feitas em especial pelas exigências que têm sido propostas pela LDB/9394/96.

Tendo em vista todas as inovações inseridas com as novas políticas públicas os professores do município de São Vicente do Seridó – PB, estão buscando novos caminhos em busca de novos conhecimentos para atender as novas exigências do que pede as políticas educacionais do Brasil.

Espera-se que com a qualificação profissional, no tocante a formação docente, a qualidade de ensino no município possa crescer e se desenvolver em patamares equivalentes ou mesmo superior a outros municípios que não conseguem se adequar as exigências da lei, ou por falta interesse e motivação dos docentes, que pode advir de várias causas, como por exemplo: outra profissão cuja remuneração seja bem superior ao de professores com o mesmo nível de qualificação.

3 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Brasília: MEC/CNE, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: v. 9. Brasília, 1997b. 128p.

BRASIL. Ministério da Educação / Conselho Nacional de Educação. Propostas de diretrizes para formação inicial de professores da educação básica, em curso de nível superior. MEC/CNE, Brasília, 2001a.

BRASIL. Lei nº 10.172 de 2001b.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KRAMER, Sônia. Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso. São Paulo; Editora Ática, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática – 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

NÓVOA, Antonio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. Teoria e Educação, Porto Alegre: 1991.

PERRENOUD, Phillippe. As competências para ensinar no século XXI: a formação de professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acessado em 19 de setembro de 2014.